



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

### SENTENÇA

Processo nº: **1009288-14.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação**  
 Requerente: **Gabriela Rossi Negrini**  
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

Julgo antecipadamente o feito, autorizado pelo artigo 355, I, do Código de Processo Civil e porque a partes não postularam a dilação probatória.

A hipótese é de indeferimento da inicial.

Infere-se que a irresignação da autora se refere à suposta ausência de notificação da instauração do procedimento administrativo nº 22597/2017 do Departamento Estadual de Trânsito – Detran.

E, embora afirme que há recurso pendente de julgamento, juntando, para tanto, os documentos de fls. 21/23, saliente-se que o mero protocolo de requerimento destinado ao órgão de trânsito, como realizado na espécie, não tem o condão de reavivar eventuais prazos já preclusos.

Esta é, aparentemente, a situação do processo administrativo mencionado. A despeito da exiguidade dos documentos apresentados com a inicial, o de fls. 21/22 aponta para o trânsito em julgado da decisão administrativa, o que indicaria, em tese, o cumprimento das formalidades exigidas para notificação do administrado.

A inicial, como dito, não foi suficientemente instruída. Além dos instrumentos de mandato e documentos pessoais, há unicamente a certidão de prontuário de fls. 21/22, na qual nem mesmo consta em que endereço está registrado o prontuário de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

habilitação da autora, dúvida que não é de todo impertinente, porquanto a própria inicial e a procuração ostentam endereços divergentes.

Ressalte-se, a propósito, a obrigação do condutor em manter seu endereço atualizado no cadastro, como exige o artigo 282, § 1º, do Código de Trânsito.

Recomendável, na hipótese, que a autora instrísse seu pedido com cópia do procedimento administrativo mencionado, o que permitiria dar contornos mais definidos à controvérsia, ou ao menos comprovasse que seu requerimento administrativo para obtenção do documento não fora atendido.

Nem se diga que tal ônus fosse da autarquia, sabido que ao proponente da ação incumbe a comprovação dos fatos constitutivos do seu direito.

Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial, com supedâneo no artigo 330, IV, do Código de Processo Civil, porquanto não atendidas as prescrições dos artigos 320 e 321 do mesmo código, e julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, na forma do artigo 485, I, do mesmo diploma processual civil.

Sem condenação em custas ou honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 18 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**